

lução e puritanismo.» Não existiria assim, na sua opinião, nenhuma organização ou regime revolucionários que não tivessem desenvolvido tendências puritanas. Certeiramente, escreve: «Qualquer pessoa que acredite que a moralidade dos velhos militantes anarquistas era livre e permissiva não sabe do que está a falar.» Para os anarquistas, o amor livre significava, como ele relembra, a abolição das bebidas, das drogas e a monogamia, sem o contrato formal do casamento. Ao longo dos tempos, relembra, os libertários acabaram sempre por ser vencidos pelos puritanos. Ou seja, «os Robespierres ganham sempre aos Dantons» (p. 231). O ensaio termina com Maio de 1968. Para o autor, os esplêndidos *graffitis* e os gritos dos estudantes de Paris acabaram por ser marginais: «Chocar o burguês é, infelizmente, muito mais fácil do que derrubá-lo.» Eric Hobsbawm *dixit*.

MARIA FILOMENA MÓNICA

*Ignacio Ramonet, Géopolitique du chaos*, Éditions Galilée, Paris, 1997, 161 páginas.

Épocas de transição e de aceleração da mudança, como esta que vivemos, estão sempre imbuídas de genuínos vectores de esperança no futuro. Porém, são também simultaneamente palco de maciças operações de propaganda e de mistificação quanto aos meios e aos fins a atingir.

De certo modo, a frase perturbante de Paul Valéry que serve de co-

bertura à apaixonada reflexão de Ignacio Ramonet sobre a geopolítica do caos (citada logo no início do texto, a seguir à introdução), «duas coisas ameaçam o mundo: a ordem e a desordem», estrutura e suporta a análise da sociedade contemporânea que o autor efectua ao longo de nove capítulos, que terminam num posfácio sobre o «modelo do arquipélago».

Trata-se, pois, de um livro que aborda o problema das dinâmicas da fusão e da fissão, da cooperação e da fragmentação, da articulação e da fractura. E que coloca as crescentes diferenças na criação e na repartição da riqueza (através de todo o espaço planetário) no centro da aparente agonia da capacidade intelectual da civilização ocidental. Aponta como características definidoras do presente as metamorfoses do poder (de formas autoritárias, hierárquicas, verticais, para outras mais complexas, negociadas, reticulares, horizontais), os conflitos e ameaças de novo tipo (regionais, mafiosos, clandestinos), o aumento das desigualdades e das discriminações, a globalização da economia, a emergência de novos senhores do mundo, o saque dos recursos naturais pelos poderosos, o assalto das cidades ao espaço habitável, a revolução nas comunicações, bem como os significativos avanços científicos e tecnológicos. Para concluir, em termos interrogativos, se a responsabilidade da cultura e o papel dos intelectuais não os obrigará, necessariamente, à acção.

Tema fascinante, consequente, penetrante. Mas a contribuição mais importante de Ramonet é trazer

claramente para a discussão pública a noção de que o «novo paradigma» da comunicação é apenas uma diferente roupagem (de acordo com os ditames da moda) com que se veste a teoria do progresso. Evidentemente, os tempos mudaram (e com eles algumas vontades...), mas o impulso básico da modernidade, diz-nos Ignacio Ramonet, não esmoreceu, muito pelo contrário: intensificou-se.

A utilização sistemática de mais e mais potentes máquinas tem sido uma constante civilizacional, sobretudo desde que a teoria do progresso foi formulada em apoio e como suporte da visão moderna do mundo, geométrica, desenvolvida pelas sociedades europeias. As sociedades avançadas não estão a «desmaterializar-se», muito pelo contrário: a utilização e o consumo de recursos energéticos e materiais intensificam-se cada vez mais. Mas para que essa materialização se mantenha e se amplifique num espaço muito mais alargado de operação, para que continue esse império da «acção», torna-se agora necessário que surja uma forte actividade imaterial, uma intensificação da «comunicação» que venha criar condições de coesão institucional a nível global para permitir o acréscimo da acumulação material. Sem este incremento da comunicação, a materialização das sociedades avançadas encontrar-se-ia seriamente limitada. Isto é, o paradigma do progresso é agora reinterpretado em termos de uma nova visão do mundo, onde impera a complexidade, ela própria indiciadora de uma centralidade da «comunicação». Não se tra-

ta, pois, de rejeitar as bases em que assentou a velha teoria do progresso, mas sim de as acomodar e reformatar sob as vestes de um novo paradigma.

Assim sendo, este patente «desencantamento do mundo» (como lhe chamava Max Weber) não será muito mais um desencantamento da Europa, com a ausência de um projecto de futuro em que os Europeus se revejam como actores centrais, que force o universal (e não o «global»), orientando a mudança no sentido de um mundo melhor? É claro que a memória do passado é muito importante para guiar as escolhas no presente, como sabemos. A memória do passado é um elemento essencial para nos conduzir para onde queremos ir: porém, é apenas um dos elementos, não o único. As acções que empreendemos têm ter em larga conta também uma antecipação do futuro: de outro modo não haveria rigorosamente qualquer mudança, para além daquela que é imposta pelo exterior. São estes dois elementos, memória do passado e antecipação do futuro, que moldam o presente. Se nos faltar um deles, colocamo-nos colectivamente numa grave situação: ou corremos o risco de entrarmos no futuro em marcha a trás ou, no outro caso extremo, de enfiarmos pela faixa errada da autoestrada.

É por este motivo que a geopolítica do presente pode ser apelidada de geopolítica do caos; não do caos da confusão desordenada primordial, mas daquele que tem que ver com a complexidade dos comportamentos sociais no tempo presente. Caos que deriva da derrota que as grandes potências europeias que ordenaram a

modernidade sofreram no decurso do século xx. Vergada à sua «Macedónia» (a União Soviética) e à sua «Magna Grécia» (os Estados Unidos) em resultado da divisão imposta após a segunda grande guerra, assistiu a Europa, com o final da guerra fria, ao triunfo da Magna Europa (a Europa da América, como lhe chamava Fernand Braudel). Mas a ordem americana, assim como a *pax romana* dos bons velhos tempos, é a que emerge das condições e das contradições, das correlações de forças e dos jogos de poder presentes, com os seus novos ídolos, com o seu culto do imperador, com os seus juramentos e as suas vertigens em termos de espaço e no campo da tecnologia. Mas também ninguém garante que a ordem americana seja eterna e, provavelmente, essa será a verdade que a história futura se encarregará de apurar.

Porém, de momento não o sabemos. Aqui reside o cerne do problema. A nova ordem parece complexa, multifacetada, penetrante. Naturalmente difere da ordem anterior. Por isso se torna necessário criar uma cultura da não-linearidade para «resistir ao cerco da ideologia dominante», como nos mostra Ignacio Ramonet. É «tempo de reconstruir a sociedade planetária e de repensar o papel de uma Organização das Nações Unidas menos dependente dos Estados Unidos e mais atenta ao sofrimento humano», afirma o autor. Vale certamente a pena tal esforço: é a alma colectiva da modernidade que está em causa. Porque o corpo, esse, já pertence aos novos senhores da nova Roma.

Zygmunt Bauman, **Legislators and Interpreters. On Modernity, Post-Modernity and Intellectuals**, Cambridge, Polity Press, 1987.

O livro de Bauman insere-se numa longa tradição de reflexões de intelectuais sobre si mesmos e sobre a sua função. Ao contrário de outras peças, que assumem abertamente o tom de uma reflexão sobre a ética do ofício de intelectual (de que o exemplo mais recente é o emocionante ensaio *Representations of the Intellectual*, de Edward Said, Nova Iorque, Vintage Books, 1996<sup>1</sup>), o livro recla-

---

<sup>1</sup> Uma frase-chave: «Os intelectuais não têm de ser críticos queixosos e mal-humorados [...] Ser testemunho de um triste estado das coisas quando não se está no poder não é, de modo nenhum, uma actividade monótona ou monocromática. Envolve aquilo a que uma vez Foucault chamou uma «erudição inquieta», explorando fontes alternativas, exumando documentos enterrados, revivendo histórias esquecidas (ou abandonadas). Envolve um sentido do dramático e da subversão, dando uma grande importância das raras oportunidades que temos para falar, captando a atenção do auditório, sendo melhor na inteligência das coisas e no debate delas do que os nossos oponentes. E, para mais, existe algo de fundamentalmente perturbante nos intelectuais que não têm cargos para proteger nem territórios para consolidar e guardar; a auto-ironia é, por isso, neles mais comum do que a pomposidade, o estilo directo mais frequente do que os rodeios ou o estilo esquivo. Porém, não há maneira de escapar à forçosa realidade de que tais representações de si mesmos nunca lhes criarão amigos em lugares elevados nem lhes trarão honras oficiais. Trata-se, é certo, de uma condição solitária, mas sempre melhor do que a tolerância gregária em relação ao modo como as coisas são» («Introduction», xviii).